



OS AGRICULTORES FAMILIARES FEIRANTES DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG E A PANDEMIA DA COVID-19

Aline Calegari de Andrade¹
Joelma Cristina dos Santos²

RESUMO

A pandemia da COVID-19, primeira enfrentada pelo mundo capitalista globalizado do século XXI, trouxe consequências devastadoras, instalando uma crise sanitária, de saúde, econômica, política e social sem precedentes. A agricultura familiar é um dos segmentos econômicos bastante afetados, especialmente devido ao seu histórico de falta de políticas públicas de incentivo, além das dificuldades enfrentadas na comercialização de seus produtos. Em meio à pandemia, estabelecimentos alimentícios foram parcial ou totalmente fechados, muitas feiras livres foram suspensas, houve a interrupção das aulas e, conseqüentemente, do fornecimento da merenda escolar. Estes fatores incidiram diretamente sobre a renda dos agricultores familiares, que continuaram a produzir, mas acabaram ficando sem ter como escoar sua produção a contento. Neste sentido, a atuação do poder público municipal é fundamental no sentido de estabelecer as regulamentações necessárias para o funcionamento das atividades econômicas, inclusive as feiras livres. O objetivo geral deste trabalho é conhecer os impactos da pandemia de COVID-19 para os agricultores familiares feirantes do município de Ituiutaba-MG, a partir de uma análise das políticas públicas municipais implementadas durante este período e da verificação dos impactos já contabilizados na produção deste segmento a nível nacional e estadual, visto que o IBGE ainda não disponibilizou dados a nível municipal para o período da pandemia. Trata-se de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, realizada em material científico-acadêmico pertinente a área e tema de estudo e levantamento de dados de fonte secundária. A partir dos resultados encontrados, em associação com a teoria abordada elaborou-se o presente trabalho.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Feiras livres, Feirantes, Pandemia, COVID-19.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic, the first to be faced by the globalized capitalist world of the 21st century, had devastating consequences, creating unprecedented health, health, economic, political, and social crisis. Family farming is one of the economic segments that are greatly affected, especially due to its history of lack of public incentive policies, in addition to the difficulties faced in marketing its products. Amidst the pandemic, food establishments were partially or closed, many street fairs were suspended, classes were interrupted, and, consequently, the provision of school meals. These factors had a direct impact on the income of family farmers, who continued to produce but ended up not being able to dispose of their production satisfactorily. In this sense, the performance of the municipal government is fundamental in the sense of establishing the necessary regulations for the functioning of economic activities, including street fairs. The general objective of this work is to understand the impacts of the COVID-19 pandemic on family farmers and market trades in the municipality of Ituiutaba-MG, from an analysis of municipal public policies implemented during this period and the verification of the impacts already accounted for in the production of this segment at national and state

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEP/UFU), alineprograd@gmail.com;

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEP/UFU), joelma.santos110@gmail.com;



level, since IBGE has not yet made available data at the municipal level for the pandemic period. It is exploratory and bibliographical research, carried out in scientific-academic material relevant to the area and subject of study and data collection from a secondary source. Based on the results found, in association with the theory discussed, the present work was elaborated.

Keywords: Family Farming, Street Fairs, Market Traders, Pandemic, COVID-19.

INTRODUÇÃO³

No final de 2019, na China, verificou-se a transmissão a seres humanos de um novo tipo de coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença que viria a ser conhecida como COVID-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde reconheceu a situação de disseminação mundial da COVID-19. O mundo capitalista globalizado do século XXI passaria a enfrentar sua primeira pandemia. O primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi confirmado no final do mês de fevereiro de 2020, no estado de São Paulo.

Com a evolução mundial dos números da doença, as consequências e impactos foram acontecendo em maior ou menor escala, a diferentes velocidades, em todas as dimensões da vida dos indivíduos - econômica, política, social. As medidas indicadas para contenção do avanço da COVID-19 provocaram modificações consideráveis nos diversos ramos da atividade econômica. No segmento dos agricultores familiares no Brasil não foi diferente. Desafios históricos já vivenciados por este grupo foram agravados durante a pandemia. Exemplos dessa situação que podem ser mencionados na cidade de Ituiutaba-MG são o fechamento parcial ou completo de lanchonetes, pizzarias, bares e restaurantes, a interrupção das aulas e do fornecimento da merenda escolar, além da suspensão das feiras livres por um breve período. Intempestivamente e somada a outros fatores, a pandemia também afetou o orçamento das famílias, em geral, e abalou o consumo em muitos domicílios.

Durante o período da pandemia, a Prefeitura Municipal de Ituiutaba-MG publicou decretos com medidas para orientar e beneficiar a população e os comerciantes. Os pequenos produtores rurais de Ituiutaba, pouco contemplados pela maior parte das medidas públicas emergenciais implementadas durante a pandemia, tiveram neste contexto, a sua situação de vulnerabilidade agravada. Com a economia sofrendo sucessivos e inoportunos abalos em escalas global, regional e local, este pequeno produtor se vê diante de novos obstáculos: manter a si próprio e sua família sem que as implicações da pandemia, alastrada de forma

³ Trabalho desenvolvido a partir de um projeto de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia - MG.



acelerada e indistintamente no mundo globalizado, interferissem na sua capacidade de produção e, conseqüentemente, no abastecimento de gêneros alimentícios.

O município de Ituiutaba ficou conhecido nas décadas de 1930 a 1970 como “a capital do arroz” pela grande produtividade desse cereal. A partir deste período, a cultura do arroz entrou em declínio, sendo substituída com o passar dos anos por outras variedades, tais como cana-de-açúcar, milho, soja, sorgo e pelas áreas de pastagem da pecuária. A agricultura familiar no município tem buscado sobreviver e manter-se em meio à expansão do setor sucroenergético que vem ocorrendo desde 2005.

É importante mencionar que no município de Ituiutaba são produzidas diversas variedades agrícolas que abastecem a população local. Entre as culturas temporárias (aquelas que demandam um novo plantio a cada colheita realizada) destacam-se a cana-de-açúcar, soja, milho, sorgo, abacaxi, mandioca e melancia. Já nas culturas permanentes (aquelas onde são feitas várias colheitas sem necessidade de um novo plantio) tem relevância a produção de banana e laranja, por exemplo. Além disso, o município conta com forte atividade pecuária para criação de gado de corte e produção de leite.

Os agricultores familiares do município são responsáveis ainda pela fabricação de diversos produtos como queijos, requeijão, doces, biscoitos, polvilho, farinhas, rapadura, pamonha, etc., que são comercializados nas feiras livres da cidade.

A relevância do tema desta pesquisa deve-se à prevalência da agricultura familiar no município de Ituiutaba-MG e a tradição em realizar na cidade as feiras para comércio de gêneros alimentícios. Na pandemia, os agricultores familiares demoraram a ser contemplados com medidas e políticas emergenciais por parte do poder público municipal e tiveram que absorver os efeitos imediatos e criar suas próprias estratégias de enfrentamento. Desta forma, torna-se importante conhecer as ações implementadas pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba-MG, através dos decretos, que possam ter beneficiado os agricultores familiares feirantes durante a pandemia. É importante mensurar ainda, a partir dos indicadores disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, se houve impacto significativo nos números da agricultura familiar em termos de produção, por exemplo.

O objetivo geral deste trabalho é conhecer os impactos da pandemia de COVID-19 para os agricultores familiares feirantes do município de Ituiutaba-MG. Os objetivos específicos são: analisar se as políticas públicas municipais foram capazes de dar suporte satisfatório a este grupo durante a pandemia e; verificar se houve impactos já contabilizados na produção deste segmento a nível nacional e estadual, visto que o IBGE ainda não disponibilizou dados a nível municipal para o período da pandemia.



METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho constitui-se de pesquisa bibliográfica em material científico-acadêmico pertinente à área e tema de estudo e levantamento de dados de fontes secundárias. Este foi realizado nos sites do IBGE e da Prefeitura Municipal de Ituiutaba-MG, buscando, respectivamente, dados estatísticos da produção na agricultura familiar e informações referentes a políticas públicas e decretos implantados durante a pandemia que possam ter produzido efeitos sobre o grupo de estudo desta pesquisa.

Esta pesquisa classifica-se como exploratória pois “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2010, p. 41). Foi realizada uma análise qualitativa dos dados secundários obtidos a partir dos sites acima mencionados relacionando-os com o objetivo deste trabalho. Este tipo de abordagem permitiu interpretar a situação investigada com base nas informações levantadas.

Os benefícios desta pesquisa serão o acréscimo dos resultados e análises deste trabalho à literatura referente aos impactos da pandemia da COVID-19 no segmento dos agricultores familiares feirantes. Por tratar-se de uma situação pandêmica recente, os estudos científicos são fundamentais para auxiliar no enfrentamento e desenvolvimento de estratégias de superação. Além disso, poderá trazer visibilidade ao grupo estudado pela oportunidade de demonstrar problemas que afligem a categoria.

Em uma segunda etapa deste estudo serão aplicados formulários aos agricultores familiares feirantes cadastrados para participação nas 4 feiras livres que ocorrem na cidade de Ituiutaba-MG. Serão realizadas ainda duas entrevistas semiestruturadas, uma com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Ituiutaba-MG e outra com o Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ituiutaba-MG. Estas entrevistas permitirão um aprofundamento das reflexões sobre os impactos da pandemia para os agricultores familiares feirantes. Os resultados obtidos nesta segunda etapa serão sistematizados em dissertação a ser apresentada e defendida até o mês de fevereiro de 2023 no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal, do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia.

REFERENCIAL TEÓRICO



No contexto das atividades agrícolas no Brasil, a agricultura familiar tem um conjunto de características que garantem a sua importância no campo da segurança alimentar e da manutenção da economia local. De acordo com a Lei nº 11.326/2006, atualizada pelo Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, considera-se unidade familiar de produção agrária e empreendimento familiar rural aquele que:

- I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
- II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2006, 2017).

Para Mesquita e Mendes (2012) a agricultura familiar é:

[...] um modelo de produção baseado no trabalho da família e se caracteriza como aquele em que a direção do processo produtivo está assegurada diretamente ao proprietário da terra, na qual a própria força de trabalho e a gestão da propriedade estão a cargo da mesma pessoa ou do mesmo núcleo familiar (MESQUITA; MENDES, 2012, p. 16).

Schneider (2003), ao analisar a conceituação do termo agricultura familiar sob duas vertentes distintas, uma no campo do pensamento acadêmico e outra na esfera política (movimentos sociais do campo ligados a entidades como a Central Única dos Trabalhadores - CUT e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG) conclui que:

[...] a expressão agricultura familiar surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade de seus produtos (SCHNEIDER, 2003, p. 31).

A agricultura familiar é diversa em seu modo de praticar a agricultura, isto porque o trabalho está associado às famílias e suas origens, baseando-se em suas diferentes tradições locais, ensinamentos e técnicas. Além disso, tem a importante característica de adequar-se melhor ao meio ambiente onde é realizada, conferindo maior sustentabilidade e preservação ambiental à sua atividade, em detrimento do agronegócio, por exemplo. Sendo assim,

A agricultura de base familiar é considerada a mais adequada para a ocupação social do espaço agrário, pois pode promover a diversidade de alimentos e produtos de práticas agrícolas mais saudáveis, com capacidade de diversificação da economia local, pelas suas próprias características (LIMA, 2021, p. 32).



De acordo com os dados do último Censo Agropecuário, realizado no ano de 2017 pelo IBGE, 77% dos estabelecimentos rurais brasileiros são classificados como agricultura familiar, correspondendo a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país, abrangem 67% de todo o pessoal ocupado em agropecuária no país e a produção equivale a 23% de toda a produção agropecuária brasileira. No Estado de Minas Gerais, a agricultura não familiar⁴ é predominante, mas segundo os indicadores municipais disponibilizados no Censo acima referido, a porcentagem de agricultura familiar no município de Ituiutaba equivale a aproximadamente 52% dos estabelecimentos. Uma das principais fontes de escoamento da produção desses estabelecimentos são as feiras livres de alimentos.

As feiras livres se constituem em uma atividade tradicional na cidade de Ituiutaba que, além de fonte de compra de diversos produtos oriundos da produção dos agricultores familiares do município, é um ponto de encontro, conversas, risadas e que faz parte da cultura local. Neste sentido, Santos e Santos (2020) relatam que as feiras “[...] representam um lugar propício à interatividade, relações econômicas, sociais e culturais onde os sujeitos envolvidos desfrutam e compartilham democraticamente da produção e reprodução do espaço vivido” (SANTOS; SANTOS, 2020, p. 30). Cruz *et al.* reforçam que “[...] na feira as relações pessoais mediam a circulação das mercadorias, criando um fato social que reúne cultura, sociabilidade e comércio” (CRUZ *et al.*, 2020, p. 97).

As feiras são locais de abastecimento direto de consumidores, de geração de renda e de “animação” (ARAUJO; RIBEIRO, 2018) do comércio urbano. Onde pode-se compreender também hábitos alimentares, costumes sedimentados e manifestações culturais brasileiras. Já foram cantadas em música, retratadas no cinema, em livros, contos e na produção técnica e científica brasileira (ARAUJO; RIBEIRO, 2018). Estes autores demonstram que “produtores familiares nem sempre alcançam bons resultados quando buscam mercados distantes, pois a intermediação é grande, acertos de contas se arrastam e custos de transação ficam, muitas vezes, proibitivos” (ARAUJO; RIBEIRO, 2018, p. 577). Destacam também que:

Quando as sociedades se globalizam, manifestam tendência contraditória para valorizar a produção local, inclusive alimentos costumeiros, que se tornam marcas identitárias, geográficas e territoriais. Os circuitos planetários de trocas expandidos com a liberalização do comércio dos anos 1990 transformaram mercados locais e particularmente feiras livres em espaços importantes para vendas voltadas para abastecimento adaptado às demandas culturais, associados à soberania alimentar (ARAUJO; RIBEIRO, 2018, p. 575).

⁴ O termo “agricultura não familiar” é adotado pelo IBGE nos dados do Censo Agropecuário de 2017 referenciados neste trabalho. Sendo assim, optou-se por manter a mesma nomenclatura.



Feita esta breve conceituação sobre a agricultura familiar e as feiras livres, é importante mencionar que muito antes da pandemia da COVID-19 ter início, o segmento dos agricultores familiares brasileiros já possuía inúmeros gargalos e dificuldades. Alguns dos principais problemas enfrentados por este segmento são apontados por Silva e Hespanhol:

[...] dificuldades na produção e comercialização; dificuldades de acesso às políticas públicas voltadas para o grupo; carência de maquinários e mão de obra; precarização dos acessos/estradas; inexistência de assistência médico hospitalar nas comunidades rurais; ausência de saneamento básico em suas localidades, dentre outros (SILVA; HESPANHOL, 2016, p. 407).

Com o alastramento da pandemia, outras consequências e dificuldades somaram-se aos problemas já enfrentados pelos agricultores familiares. Forte e Máximo (2020) destacam os efeitos da crise sanitária e ressaltam a importância da aplicação de políticas públicas e ações da sociedade civil para o fortalecimento da cadeia produtiva da agricultura familiar:

Não é difícil observar os efeitos negativos do isolamento social na comercialização dos produtos da agricultura familiar, decorrente da diminuição da mobilidade de pessoas como estratégia de contenção da pandemia, em especial a agricultura familiar em comércio direto com o consumidor [...] Além das dificuldades de transporte e locomoção para os centros de consumo, próprios e precários para uma parcela dos agricultores familiares, o fechamento dos estabelecimentos de comercialização e consumo [...] tiveram suas consequências marcantes no escoamento da produção das famílias (FORTE; MÁXIMO, 2020, p. 358).

Cavalli *et al.* (2020) ao analisarem a agricultura familiar em tempos de COVID-19 concluíram que:

As medidas de contenção da Covid-19 estão afetando negativamente a produção e as vendas de alimentos provenientes desse segmento produtivo. Para minimizar esses efeitos negativos, é fundamental que os formuladores de políticas, bem como os governos e a sociedade civil em geral, demonstrem que o investimento neste grupo social vale a pena e se justifica, tanto pela legitimidade representada por sua grande maioria numérica, quanto pelo potencial que representa para garantir o abastecimento, a soberania e a segurança nutricional (CAVALLI *et al.*, 2020, p. 5).

Segundo Schneider *et al.* (2020) os efeitos da pandemia no segmento dos agricultores familiares foram especialmente percebidos em função da “retração geral da demanda por alimentos, decorrente da perda do poder de compra dos consumidores, do desemprego crescente no país e da suspensão e fechamento de mercados tradicionalmente acessados” (SCHNEIDER *et al.*, 2020, p. 175). Ainda segundo estes autores, a produção da agricultura familiar foi impactada pela:

[...] falta de protocolos de segurança e proteção sanitária que permitam aos agricultores trabalharem com tranquilidade, interagindo com a comunidade;



dificuldades de logística, transporte, distribuição e comercialização dos alimentos; e restrições de acesso ao capital financeiro decorrentes dos efeitos da pandemia nas economias nacionais. Há ainda problemas relacionados ao acesso a insumos, e dificuldades de armazenamento da produção (SCHNEIDER *et al.*, 2020, p. 176).

Diante de estudos já realizados nesta temática e de todas as consequências ainda não completamente dimensionadas devido ao ineditismo e à intensidade global desta pandemia, cumpre-se de grande relevância estudar os impactos causados pela pandemia da COVID-19 para os agricultores familiares feirantes do município de Ituiutaba-MG.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em face da magnitude da pandemia da COVID-19, os Estados e os Municípios viram-se obrigados a colocar em prática sua autonomia política e administrativa garantida pela Constituição Federal, para atuar rapidamente com medidas de contenção e enfrentamento da doença. A comunidade científica também respondeu prontamente iniciando pesquisas que buscavam, dentre outros objetivos, analisar como o poder público reagiu à pandemia. “O Brasil é grande e heterogêneo e, assim, os governos municipais enfrentam o surto da COVID-19 em contextos bem distintos e possuindo diferentes conjuntos de recursos e capacidades” (ITO; PONGELUPPE, 2020, p. 783). Desta forma, “à medida que a epidemia se alastrava em direção às cidades de pequeno porte, coube aos municípios a tarefa de desenvolver medidas de controle e tratamento dos infectados” (LUI *et al.*, 2021, p. 4).

Segundo o estudo realizado por Ito e Pongeluppe (2020) em 52 municípios brasileiros, no estágio inicial do surto da COVID-19, as ações para redução da transmissão da doença atrelaram-se principalmente à presença ou ausência de recursos de saúde especializados e à vulnerabilidade social da população local. A partir destes dois fatores, três caminhos principais emergiram em nível municipal:

O primeiro caminho para evitar a propagação do vírus foi o estabelecimento de colaboração plural através de unidades públicas e envolvendo parceiros privados para compensar a falta de recursos especializados. Esse primeiro resultado é chamado de caminho da colaboração plural. O segundo caminho é a implementação de programas de auxílio governamentais pela colaboração dentro do setor público para superar a falta de recursos especializados e a vulnerabilidade social da população local. Este é o caminho da ação pública. Finalmente, o terceiro caminho depende de um sistema de saúde bem estruturado e a coordenação centralizada em uma unidade pública, chamado de caminho baseado em recursos (ITO; PONGELUPPE, 2020, p. 784).

Em relação às medidas implementadas pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba-MG, considera-se de grande relevância o Decreto nº 9.393 de 16/04/2020 que estabeleceu as



condições para a retomada do funcionamento das feiras livres na cidade. Elas estavam suspensas desde a publicação do Decreto nº 9.378, de 31 de março de 2020. As medidas sanitárias exigidas para o funcionamento das feiras livres foram: distanciamento de 3 metros entre as barracas, não aglomeração dos clientes, disponibilização de álcool 70% (em gel ou líquido), uso obrigatório de máscaras por todos os colaboradores e venda de produtos embalados em pacotes ou porções individuais de 250g, 500g e 1kg, com placa de aviso alertando o consumidor para que não toque nas embalagens.

A Prefeitura atuou também alterando o local de realização de duas, das quatro feiras tradicionais da cidade. Elas foram realocadas para espaços mais amplos e adequados para a circulação segura de feirantes e consumidores. É importante mencionar que uma das feiras que sofreu alteração de local era realizada ao lado da Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba Dr. Darcy de Andrade Furtado, na rua Jorge Jacob Yunes, no Setor Norte da cidade. A outra feira, de maior público, realizada aos domingos no Bairro Junqueira, foi transferida para a Av. Minas Gerais, que possui duas pistas e canteiro central amplo.

No período mais crítico da doença no município, que ocorreu a partir de fevereiro de 2021, com o decreto da chamada onda roxa do Plano Minas Consciente elaborado pelo governo do Estado de Minas Gerais, o Decreto nº 9.747 de 18 de março de 2021 garantiu o funcionamento das feiras livres, desde que seguidas todas as medidas sanitárias exigidas. Considera-se que estas ações por parte do poder público municipal foram fundamentais para a manutenção das feiras livres e beneficiaram os agricultores familiares feirantes na medida em que permitiram amenizar os prejuízos em termos de comercialização dos seus produtos.

Ao encerrar a coleta de dados deste trabalho no mês de agosto de 2021, verificou-se que as últimas regulamentações implementadas para garantirem o funcionamento das atividades econômicas em Ituiutaba, incluindo as feiras livres, estão sistematizadas no Decreto nº 9.836, de 01 de julho de 2021, com validade inicial até 17/07/2021. Esta data sofreu prorrogações sucessivas através de decretos posteriores para 22/07, depois 06/08 e por último 21/08/2021.

Conforme destacam Ito e Pongeluppe (2020) “a economia informal é significante no Brasil e a população mais pobre, com o distanciamento social, tem o fluxo de rendimentos interrompido abruptamente” (ITO; PONGELUPPE, 2020, p. 785). A afirmação destes autores corrobora com os resultados obtidos nesta pesquisa, à medida em que realça o papel fundamental das ações municipais para garantir o funcionamento das atividades econômicas e a conseqüente geração de renda para a população mais vulnerável.



No estudo de Lui *et al.* (2021) realizado em parceria com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) foram consultados todos os 5.569 municípios brasileiros, obtendo-se o significativo percentual de 71% de municípios respondentes ao questionário aplicado. De acordo com os resultados apurados, os municípios menores apresentaram maior sensibilidade ao tema da pandemia adotando as medidas de isolamento social e uso de máscaras, por exemplo. Segundo os autores “a pandemia de Covid-19 trouxe os municípios para o centro do debate nacional e, principalmente, colocou-os como protagonistas na condução das medidas de distanciamento social, testagem e tratamento dos pacientes infectados” (LUI *et al.*, 2021, p. 8).

Ao concluírem que a autonomia dos municípios acabou resultando em ações muito heterogêneas nas diferentes regiões do país, Lui *et al.* (2021) vão além, ao ressaltarem o papel desta esfera de governo no período pós-pandemia:

A importância dos municípios no enfrentamento da pandemia de Covid-19 não vai se encerrar quando a disseminação do vírus for controlada. Também é preciso apontar que o período pós pandemia deverá aprofundar inúmeras questões sociais, relativas ao aumento da vulnerabilidade social, à insegurança alimentar, ao desemprego e à recessão econômica. Nesse caso, serão demandados dos entes municipais serviços de assistência social, maior protagonismo das escolas e ações no sentido de segurança alimentar à população. Além disso, os municípios continuarão a ser os principais agentes no processo de implementação das políticas de saúde, principalmente no que tange à atenção básica (LUI *et al.*, 2021, p. 10).

Em suma, “vários municípios impuseram um conjunto de práticas que estabeleceram novas dinâmicas de interação entre produtores e consumidores, visando à garantia da segurança de ambos e a manutenção desses mercados” (SCHNEIDER *et al.*, 2020, p. 178), ou seja, garantir o funcionamento das atividades econômicas foi crucial para o escoamento da produção dos agricultores familiares feirantes.

De acordo com dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola disponibilizados pelo IBGE, produtos tradicionais nas feiras da cidade de Ituiutaba, como por exemplo a laranja (comercializada *in natura* e na forma de suco) e a mandioca (comercializada *in natura* ou processada na forma de farinha e polvilho) contabilizaram algumas flutuações na produção no ano de 2021 em relação aos anos de 2010 e 2015, tanto a nível nacional quanto no estado de Minas Gerais. A produção de laranja no Brasil decresceu de 18.946.703 toneladas em maio de 2010 para 13.796.332 toneladas em maio de 2015 e 14.610.788 toneladas em maio de 2021. Já no âmbito do estado de Minas Gerais, a produção da laranja no mesmo período aumentou. Em relação à mandioca, a produção diminuiu no Brasil e em Minas Gerais. Em maio de 2010 foram produzidas 859.543 toneladas do produto

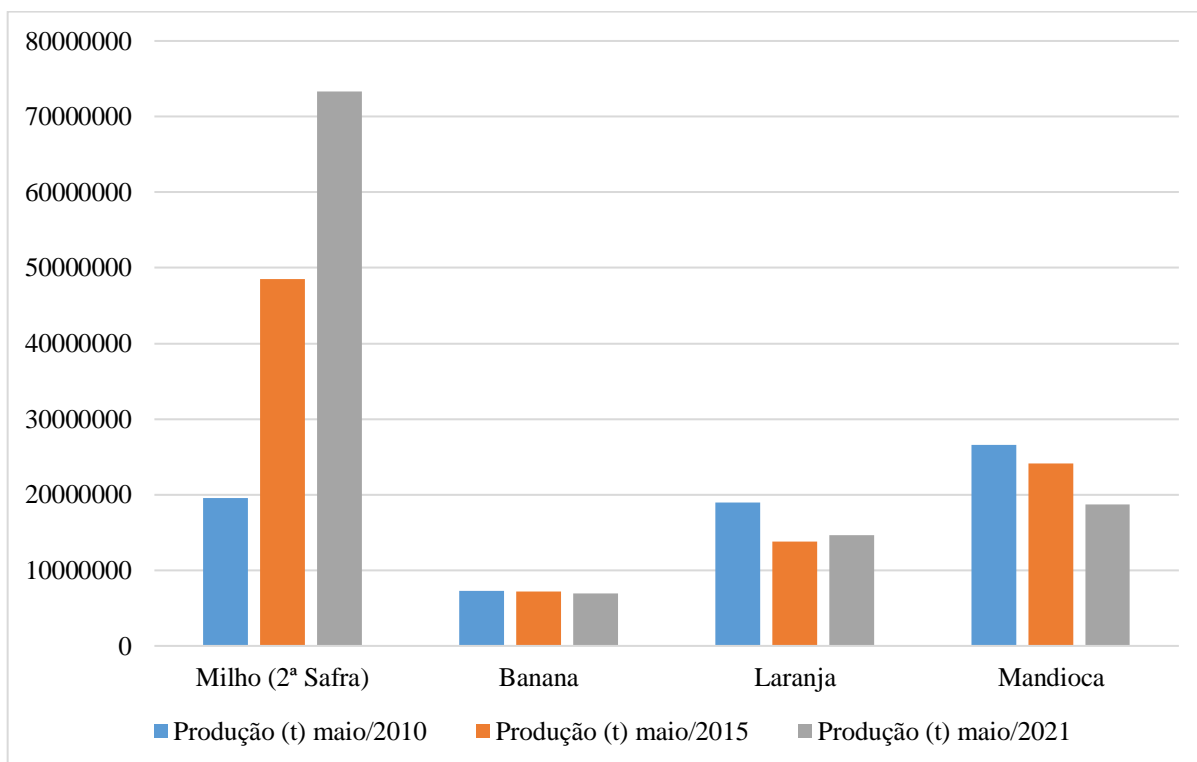


no estado, decrescendo para 839.657 toneladas em maio de 2015 e 546.976 toneladas em maio de 2021. A produção nacional despencou de 26.594.805 toneladas em maio de 2010 para 24.108.091 toneladas em maio de 2015 e 18.711.840 toneladas em maio de 2021.

Outro produto que teve aumento na produção no Estado de Minas Gerais foi a banana. Em maio de 2010 a produção foi de 654.322 toneladas, já em maio de 2015 aumentou para 815.536 toneladas, mantendo esse patamar em maio de 2021 quando a produção foi de 800.970 toneladas. A produção do milho (2ª safra) também cresceu no mesmo período no Estado. Este produto é muito comercializado nas feiras livres tanto *in natura*, quanto na forma de farinha e pamonha, por exemplo, comida típica da região. Em maio de 2010 foram produzidas 164.777 toneladas do cereal em Minas Gerais, aumentando para 1.361.394 toneladas em maio de 2015 e 3.416.074 toneladas em maio de 2021. No âmbito nacional a produção do milho (2ª safra) também cresceu bastante no mesmo período e a produção da banana manteve-se estável em torno de 7.000.000 toneladas.

É possível observar nos gráficos 1 e 2 o comparativo dos anos 2010, 2015 e 2021 referente à produção das quatro culturas acima citadas, sendo duas temporárias – mandioca e milho - e duas permanentes – laranja e banana - no Brasil e no Estado de Minas Gerais.

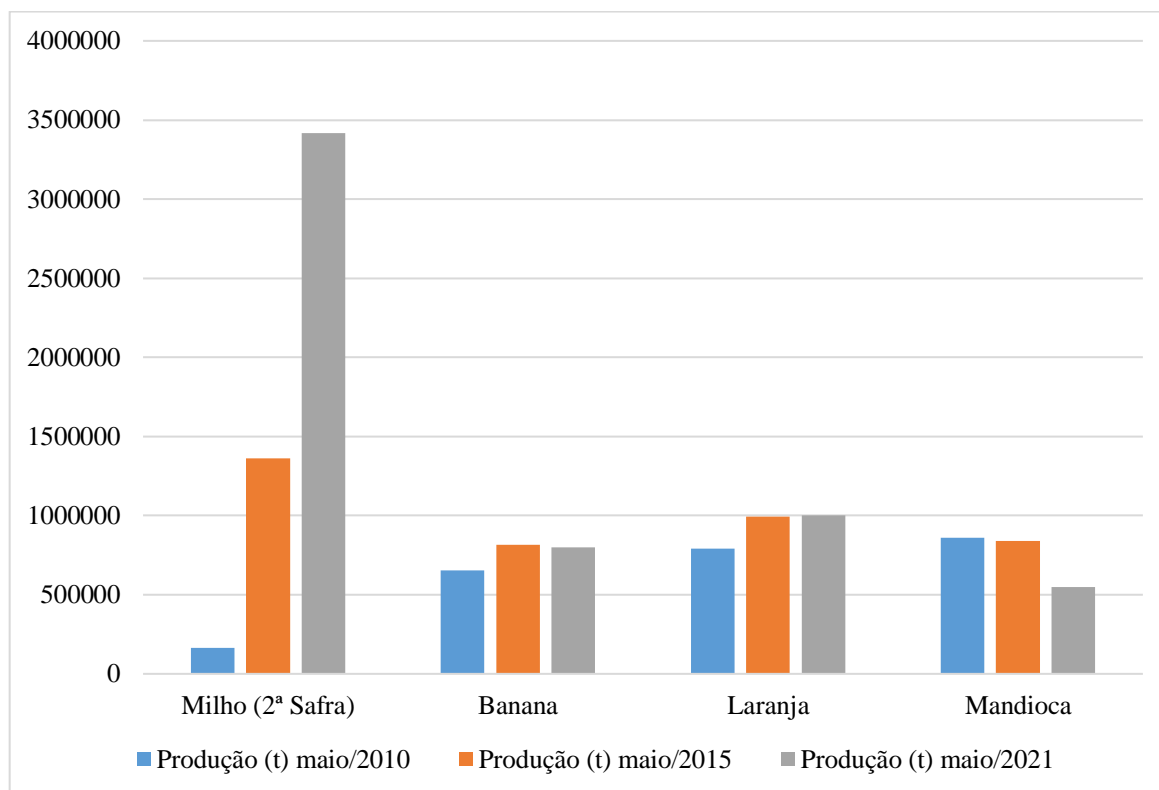
Gráfico 1 – Brasil: evolução da produção (em toneladas) de milho (2ª safra), banana, laranja e mandioca, 2010-2015-2021



Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 2021. Org.: ANDRADE, A. C. de, 2021.



Gráfico 2 – Minas Gerais: evolução da produção (em toneladas) de milho (2ª safra), banana, laranja e mandioca, 2010-2015-2021



Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 2021. Org.: ANDRADE, A. C. de, 2021.

As culturas aqui relacionadas foram escolhidas por serem bastante cultivadas no município de Ituiutaba e por serem tradicionalmente comercializadas nas feiras livres da cidade. Para permitir a análise mais aprofundada e qualificada dos impactos da pandemia na agricultura familiar do município em si, será fundamental a disponibilização dos dados da Produção Agrícola Municipal pelo IBGE, que atualmente estão divulgados até o ano de 2019, e são, portanto, anteriores à pandemia. Neles verifica-se que o município produziu em 2019 60 toneladas de banana (cacho), 44.560 toneladas de milho (em grão), 16.930 toneladas de laranja e 708 toneladas de mandioca.

É importante mencionar que a produção agrícola sofre variações de acordo com inúmeros fatores, especialmente os climáticos e que, possivelmente, a pandemia da COVID-19, ao afetar a comercialização destes produtos nas feiras, por exemplo, pode ter sua parcela de contribuição nas estatísticas de diferentes culturas. Não se pode perder de vista que a pandemia teve início e se desenvolve em paralelo a uma outra conjuntura que já estava instalada, que é a “crise climática” (MAZZUCATO, 2020), onde eventos extremos estão cada vez mais constantes. Neste caso, o pequeno produtor tem maior dificuldade em lidar com os



fatores físicos adversos, pela falta de recursos e tecnologias, e isto acaba sendo decisivo na diminuição da sua produtividade.

Dados de estudos já publicados apontam que, no que tange à agricultura familiar, os efeitos da pandemia foram maiores na comercialização do que na produção. Vale ressaltar que muitos produtores não colheram porque não tinham para quem vender, em função do fechamento de vários estabelecimentos alimentícios e suspensão das feiras livres. Lima (2021) ao estudar a produção da agricultura familiar em Pernambuco reafirma este prognóstico e assevera ainda sobre a importância de otimizar as vendas com o auxílio de tecnologias:

Os impactos da pandemia alcançaram de forma mais incisiva sobre a comercialização do que a produção. E ao aderirem a comercialização de seus produtos por meios digitais (*WhatsApp, Instagram, Facebook*, outros) conseguiram escoar a sua produção mesmo que em quantidades reduzidas. Diminuindo assim, os prejuízos econômicos ocasionados pelos fechamentos totais ou parciais das feiras livres e outros canais de comercialização da produção (LIMA, 2021, p. 98).

Os estudos de Sousa, Jesus e Beraldo (2021) realizados no Estado do Tocantins (TO) também reforçam esta concepção que une produtores, tecnologias da informação e consumidores:

Assim, a internet, principalmente por meio de seus canais de compras e de aplicativos de vendas, tem sido aliada dos agricultores comerciantes que tentam manter a comercialização de sua produção agrícola frente à baixa atividade nas feiras e, até mesmo, nas políticas alimentares de compras institucionais realizadas pelo poder público. Este cenário exige dos agricultores familiares uma resposta à crise, como é o caso de alguns que estão sendo capacitados (e também desafiados) para se adaptarem aos serviços online buscando, assim, se inserir nesta nova dinâmica de mercado. Por outro lado, os consumidores também estão em processo de adesão a esta modalidade de comercialização para evitar a saída de casa (SOUSA; JESUS; BERVALDO, 2021, p. 2).

Empreendimentos coletivos como as cooperativas, por exemplo, têm sido cada vez mais decisivos para a sobrevivência do agricultor familiar em meio às dificuldades impostas pelo sistema capitalista de produção. Muitas vezes, a união de pequenos agricultores em cooperativas e associações é a única saída para a permanência no campo, ao possibilitarem melhores oportunidades de comercialização dos produtos, gerando maior margem de rendimentos. Com a pandemia da COVID-19, reforçou-se a necessidade dessas organizações coletivas para superar os prejuízos, auxiliando na organização de novas formas de comercialização que atendam às medidas sanitárias impostas:

Verifica-se igualmente a necessidade de fortalecimento das capacidades organizativas, através de cooperativas, centrais de associações produtivas e redes de



comercialização da agricultura familiar. Sem esse apoio e suporte os efeitos gerados pela pandemia podem implicar a incapacidade reprodutiva das famílias rurais e, no longo prazo, o desalento e o abandono do meio rural através da migração para as cidades (SCHNEIDER *et al.*, 2020, p. 177).

Mesmo organizados em sistema de cooperativa, o estudo de caso realizado por Sousa, Jesus e Beraldo (2021) na Cooperativa Agroindustrial do Reassentamento Córrego Prata (Cooprato), localizada no município de Porto Nacional - TO, demonstrou que os impactos também foram sentidos:

[...] devido ao surto de Covid-19, as vendas da Cooprato reduziram em mais da metade, em comparação com o período anterior à pandemia, em decorrência do isolamento social e das medidas restritivas impostas pelo poder público. Antes da pandemia, a cooperativa produzia cerca de quatro a cinco toneladas de alimentos/mês e essa realidade têm sido outra, pois os principais meios de escoar a produção eram através da venda nas feiras livres e nos mercados institucionais, que foram severamente afetados pela pandemia (SOUSA; JESUS; BERALDO, 2021, p. 2).

A comercialização dos produtos da agricultura familiar é ainda um grande gargalo que impede o avanço deste segmento, pois não acompanha adequadamente a capacidade produtiva dos agricultores. Sendo assim, os resultados negativos da pandemia sobre este grupo poderiam ser previstos desde que as primeiras medidas de enfrentamento da pandemia foram adotadas e, na prática, o que ocorreu foi:

[...] para o mês de julho/2020, metade dos agricultores familiares do país (51%) relatou diminuição de receita, com uma perda média de 35% da renda bruta familiar mensal habitualmente auferida. Em nível estadual, as quedas mais expressivas ocorreram no Amapá, em São Paulo, no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul e em Roraima, estados nos quais houve uma diminuição de mais de 40% na renda bruta das famílias no referido período. Essa diminuição significativa evidencia as vulnerabilidades a que está submetida a agricultura familiar do país e expõe a dimensão do impacto imediato causado pela Covid-19 (DEL GROSSI, 2020 apud SCHNEIDER *et al.*, 2020, p. 176).

Logicamente, as perdas quantificadas não são exclusividade da agricultura familiar. Tantos outros segmentos econômicos tiveram sua renda diminuída em um curto intervalo de tempo, em uma pandemia que ninguém estava preparado para enfrentar. Entretanto, a capacidade de reação da sociedade, dos governos e da Ciência é fundamental para determinar a amplitude dos prejuízos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A tomada de decisão por parte das diferentes esferas do governo tem sido tarefa complexa desde o início da pandemia, especialmente devido à velocidade com que a COVID-19 espalhou-se por todo o país. Constatou-se estratégias e ações políticas pouco consolidadas para contenção da pandemia em âmbito nacional, enquanto Estados e Municípios tornaram-se protagonistas de ações mais concretas para o enfrentamento da crise sanitária. Exemplo desta situação foi a vacinação contra a COVID-19, cujas doses foram distribuídas pelo governo federal, mas ficou a cargo dos poderes públicos estaduais em conjunto com os municipais, a articulação de melhores práticas para a efetiva imunização da população.

Em um país como o Brasil, de dimensões continentais, a pandemia afetou os municípios em contextos bastante heterogêneos, especialmente em relação a recursos financeiros e na capacidade de lidar com a crise sanitária. A Prefeitura Municipal de Ituiutaba, seguindo constantemente as diretrizes do governo do Estado de Minas Gerais, teve atuação marcadamente atrelada às recomendações impostas pelas autoridades de saúde para o enfrentamento da pandemia. No que concerne aos diferentes segmentos de atividades econômicas da cidade e, em especial, as feiras livres de alimentos, foi indispensável a publicação dos decretos que garantiram o funcionamento destas atividades.

Pode-se dizer que a pandemia da COVID-19 impactou em maior grau a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar do que a produtividade deste segmento em si, especialmente pelos aspectos ora mencionados – fechamento de estabelecimentos alimentícios, suspensão das feiras livres e interrupção das aulas e do fornecimento da merenda escolar. Entretanto, novas dinâmicas de comercialização como o uso de tecnologias têm permitido amenizar esses efeitos. Seja na forma de entregas por *delivery*, montagem de cestas variadas, utilização de sites, redes sociais etc., os agricultores familiares têm buscado garantir suas vendas e manter sua renda. A tendência é que essas formas virtuais de comércio sejam aprimoradas e consolidem-se cada vez mais em paralelo ao “novo normal” que a sociedade vivencia.

Aperfeiçoar a compreensão de fenômenos como a pandemia da COVID-19, e encontrar padrões de semelhança em meio às diferentes características que ela apresentou nas mais diversas partes do mundo, permite fazer construções teóricas que podem ser replicadas e consultadas no futuro. Estas construções representam os esforços empíricos envidados pela comunidade científica e acadêmica para auxiliar a sociedade e os governos no enfrentamento da doença e no desenvolvimento de estratégias de superação da crise. É certo que muitas pesquisas serão necessárias e que o trabalho ainda será árduo.



REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561-583, out. 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_feiras_feirantes/ESA26-3_feiras_feirantes_PDF. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 mai. 2017, p. 11.

CAVALLI, S. B. *et al.* Family farming in times of Covid-19. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 33, Epub, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732020000100203&script=sci_arttext. Acesso em: 15 abr. 2021.

CRUZ, M. S. da *et al.* Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 15, n. 35, p. 90-120, abr. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/50709/29077>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FORTE, M. B. S.; MÁXIMO, G. J. O impacto da crise sanitária de 2020 na agricultura familiar e o fortalecimento da cadeia produtiva como estratégia para contorno da crise. *In*: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de COVID-19**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020. p. 356-370. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/miginternacional/miginternacional.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.

IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6588#resultado>. Acesso em: 15 jun. 2021.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5457#resultado>. Acesso em: 21 set. 2021.



ITO, N. C.; PONGELUPPE, L. S. O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: munificência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 782-838, ago. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000400782&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 ago. 2021.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.378, de 31 de março de 2020**. Dispõe sobre o contingenciamento, no âmbito do município de Ituiutaba, em virtude da pandemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus COVID-19. Ituiutaba: Prefeitura, 2020. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-378-de-31-de-marco-de-2020.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.393, de 16 de abril de 2020**. Dispõe sobre medidas de proteção à coletividade a serem adotadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) no município de Ituiutaba, a partir de 17 de abril de 2020. Ituiutaba: Prefeitura, 2020. Disponível em: <https://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-393-de-16-de-abril-de-2020.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.747, de 18 de março de 2021**. Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do novo Coronavírus no município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-747-de-18-de-marco-de-2021.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.836, de 01 de julho de 2021**. Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021. Disponível em: http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-836-de-01-de-julho-de-2021_0.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

LIMA, J. R. B. de. **Produção agrícola pernambucana frente à pandemia de COVID-19: impactos e iniciativas na agricultura familiar**. 2021. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40526>. Acesso em: 12 ago. 2021.

LUI, L. *et al.* Disparidades e heterogeneidades das medidas adotadas pelos municípios brasileiros no enfrentamento à pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/JdjbBW4mBnjDd7kNnQnkwtP/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2021.

MAZUCATTO, M. Capitalism's Triple Crisis. **Project Syndicate**, 2020. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/covid19-crises-of-capitalism-new-state-role-by-mariana-mazzucato-2020-03>. Acesso em: 24 set. 2021.

MESQUITA, L. A. P. de.; MENDES, E. de P. P. Agricultura familiar, trabalho e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. **Espaço em Revista**, v. 14, n.



1, p. 14-23, jan/jun. 2012. Disponível em:
<https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/19382/11270>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SANTOS, M. V.; SANTOS, J. C. A configuração da agricultura familiar na Feira do Sindicato em Ituiutaba-MG. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research médium**, Ituiutaba, v. 11, n. 1, p. 19-37, 2020.

SCHNEIDER, S. Teoria social, capitalismo e agricultura familiar. *In: A pluriatividade na agricultura familiar* [online]. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, p. 21-72. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b7spy/pdf/schneider-9788538603894-02.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SCHNEIDER, S. *et al.* Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 167-188, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/kQdC7V3Fxm8WXzvmY5rR3SP/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SILVA, J. M.; HESPANHOL, R. A. de M. As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 402-430, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/20304/19573>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SOUSA, D. N. de.; JESUS, M. E. R. de.; BERALDO, K. A. Impactos da pandemia da COVID-19 e estratégias para a inclusão produtiva de agricultores familiares no Tocantins: estudo de caso na Cooperato. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em:
<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1131715>. Acesso em: 12 ago. 2021.